

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 017

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE MARÇO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
PFL Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 017

16ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Proposta de Emenda à Constituição 03

Ofícios 03

Comunicado 03

Indicações 03

Requerimentos 05

Projetos de Resolução 07

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. Ribas Carli Filho 11

Dep. Luiz Eduardo Cheida 12

Grande Expediente:

Dep. Professor Luizão 14

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 13

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 17

Discussão / Votação:

1ª Discussão 19

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão 25

Publicações:

Ata de Comissão

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 25

DIÁRIO Nº 017

16ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

27 DE MARÇO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Antonio Belinati e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Anto-

nio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Elio Rusch, Osmar Bertoldi e Teruo Kato (05).

Em viagem representativa os Srs. Deputados: Edson Strapasson e Reni Pereira (02).

Em licença médica os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Geraldo Cartário e Mamede (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Proposta de Emenda à Constituição*****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Acrescenta artigo na Constituição do Estado do Paraná.

Art. 1º Acrescenta artigo, que será o artigo 136-A, do Título IV, Capítulo III - "Dos Orçamentos", da Constituição do Estado do Paraná com a seguinte redação:

"Art. 136-A. Os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais darão tratamento prioritário à agricultura.

Parágrafo Único. A prioridade referida no *caput*, sem prejuízo de outras medidas, assegura a destinação de, no mínimo, 3% (três por cento) da totalidade do orçamento anual do Poder Executivo para as dotações destinadas a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, devendo ser reajustado em 0,5% todo o ano até atingir o limite de 5% (cinco por cento)."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Professor Luizão, Pedro Ivo, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Mauro Moraes, Tadeu Veneri, Péricles de Mello, Alexandre Curi, Edgar Bueno, Rosane Ferreira, Dr. Batista, Luiz Eduardo Cheida, Cida Borghetti e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná possui área agricultável de milhões de hectares, tendo como grande propulsor de sua economia o setor agrícola, com participação expressiva no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, participação esta que é ainda maior se considerada a repercussão na cadeia produtiva que o setor movimenta, tendo como principais cultivos a soja, o milho, o trigo, o fumo, a mandioca e o feijão.

Há necessidade de estabelecer-se na política de finanças públicas, a prioridade devida ao setor agrícola, destinando-lhe parcela específica de recursos no orçamento do Estado, pela posição estratégica que ocupa na economia paranaense e pelo reflexo de seu desempenho em todos os setores da sociedade.

Ofício**OFÍCIO S/N**

Curitiba, 27 de março de 2007.

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, licença para se ausentar das Sessões Ordinárias dos dias 28 e 29 de março do corrente ano, para participar do II Congresso da FETRAF-Sul, no município de Francisco Beltrão/PR.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Comunicado**COMUNICADO**

Curitiba, 27 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Comunico à Mesa Executiva que estarei em viagem ao Japão, ausentando-me das minhas atividades parlamentares no período de 04 a 16 de abril de 2007, onde estarei participando como membro da Comissão que tratará das festividades comemorativas de 100 anos da Imigração Japonesa no Brasil.

Sendo assim, despeço-me, respeitosamente.

(a) RUI HARA

Indicações**INDICAÇÃO Nº 022/07****SÚMULA:**

Propõe envio de sugestão à COMEC e ASSO-MEC, para promoção de discussão e debate sobre o tema - Transporte Coletivo Integrado de Curitiba e Região Metropolitana.

Aos Exmos. Srs. Alcidino Bittencourt Pereira - Diretor Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e Antônio Wandscheer - Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba - ASSOMEK.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Diretor-Presidente, para solicitar o seguinte:

1) A promoção de programação e eventos direcionados à discussão e debate sobre o tema Transporte Coletivo Integrado em Curitiba e Região Metropolitana, tendo como objetivo o levantamento de estatísticas de natureza numérica, sociológica e de planejamento, dentre outras que se fizerem necessárias.

2) A discussão ora reivindicada, será realizada juntamente com Vereadores, Prefeitos, Deputados, de Curitiba e Região Metropolitana, Fórum Popular do Transporte e outras autoridades ligadas ao tema, em caráter de colaboração e facilitação da elaboração da discussão.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

A situação atual do transporte coletivo é emergente. O crescimento acelerado da população tem relevado um

equilíbrio no sistema de transporte coletivo, com reflexo no dia-a-dia dos usuários, evidenciando uma desproporção entre o número de ônibus por número de usuários, bem como a relação entre ambos e a tarifa cobrada.

Há necessidade de imprescindibilidade de levantamento, coletânea e divulgação de dados referentes à administração, financiamento e eficiência do transporte coletivo de Curitiba e Região Metropolitana, que tem por finalidade primordial a transparência da administração, bem como a instrução para elaboração futura de convênios, planejamento, reestruturação.

INDICAÇÃO Nº 023/07

SÚMULA:

Propõe a duplicação da Avenida Jacob Macanhan, com viaduto para cruzar a Rodovia Estadual João Leopoldo Jacomel, em Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar a duplicação da Avenida Jacob Macanhan, com viaduto para cruzar a Rodovia Estadual João Leopoldo Jacomel, em Pinhais.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

A Avenida Jacob Macanhan em Pinhais é importante ligação com o Município de Colombo e uma das principais vias de Pinhais, necessitando de urgente intervenção devido ao estrangulamento do trânsito naquela região.

A complementação da obra necessita, também, de um viaduto para cruzar a Rodovia Estadual João Leopoldo Jacomel, local de trânsito bastante crítico e com ocorrência de inúmeros acidentes.

INDICAÇÃO Nº 024/07

SÚMULA:

Propõe a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio Estadual Professora Otília Homero da Silva em Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar a realização de obras de construção de uma cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Professora Otília Homero da Silva, em Pinhais.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

A quadra de esportes foi construída em regime de mutirão da comunidade em parceria com a FUNDEPAR, em 1995, e já passou por algumas reformas.

A cobertura se faz necessária para que os alunos não sejam prejudicados em suas atividades nos dias de

chuva. Além do que, a comunidade utiliza este espaço nos finais de semana, por ser o único disponível, já que não existe nenhum outro espaço público para a prática de esportes nesta região.

INDICAÇÃO Nº 025/07

SÚMULA:

Indica ao Sr. Governador do Estado a criação da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Chico Noroeste vem a presença de V. Exa. para expor e solicitar o seguinte:

1) O envio de mensagem, endereçada a esta Casa de Leis, com anteprojeto de lei, instituindo, nos termos do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu, constituída pelos Municípios de Foz do Iguaçu, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis e Vera Cruz do Oeste.

2) A Região Metropolitana de Foz do Iguaçu terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

3) O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 05 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice feita pelo de Foz do Iguaçu e outro mediante indicação dos demais Municípios integrantes da Região Metropolitana.

4) O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

5) Compete ao Conselho Deliberativo promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns; coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

6) Compete ao Conselho Consultivo opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu; sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

7) Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região Metropolitana: o planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural; o sanea-

mento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública, o uso do solo metropolitano; o transporte e sistema viário e o aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Foz do Iguaçu, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis e Vera Cruz do Oeste, compõem uma região em franco processo de desenvolvimento, com suas áreas urbanas necessitando urgentemente de investimentos, através de um planejamento de ações de forma coletiva, já que os problemas e necessidades são comuns a todos os municípios.

O crescimento populacional advindo com o rápido desenvolvimento da região determinam o surgimento de ações efetivas voltadas à integração e ao crescimento organizado dos municípios.

O planejamento conjunto trará, certamente, vantagens de todas as ordens para os entes envolvidos, já que nessa perspectiva, as atividades de natureza histórico-cultural, características geográficas, bases econômicas semelhantes, indicarão com precisão qual projeto de desenvolvimento regional trará os benefícios que a sociedade e os cidadãos locais desejam.

No Brasil, a Constituição de 1988 procurou dar condições jurídicas para que os municípios pudessem se organizar, sem evidentemente perderem suas identidades e autonomia dentro do regime federativo próprio de nosso país.

Assim, o artigo 25, parágrafo 3º da CF delega aos Estados a criação, através de lei complementar, de Regiões Metropolitanas. A Constituição Estadual, por seu turno, e no capítulo III, artigos 21-26, define a instituição e organização das Regiões Metropolitanas.

Os municípios indicados para participarem da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu têm uma vida econômica e social interligada por fatores os mais diversos, como a presença da universidade, a indústria, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim, todo um universo convergente que habita a constituição de uma Região Metropolitana destinada a melhorar, qualificando de forma planejada e duradoura, os eventos de vida e de desenvolvimento de cada um e de todos os municípios integrados.

Mais que ficção, a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu será o passo definitivo no sentido de dar aos seus cidadãos atenção e o atendimento às suas necessidades.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 553

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 099/07, item 05 da pauta, para encaminhamento à Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, para emissão de parecer.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 37/07, item 01 da Ordem do Dia desta data, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 557

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento dos Projetos de Lei nº 579/06 e nº 580/06, que declaram de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Tarca Nativista e a Associação de Agricultores Familiares de Jacutinga de Cima, respectivamente, ambos de minha autoria e que se encontram arquivados.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessões de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Gomes Neto, ocorrido no dia 24 de março em Agudos do Sul.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 81 anos de idade, faleceu o Sr. Pedro Gomes Neto. Ele era uma dos fundadores do Município de Agudos do Sul e ex-Vice-Prefeito Municipal e Vereador por três mandatos do referido município. Comerciante e lavrador, deixou viúva a Sra. Rosalina Pereira de Carvalho, quatorze filhos, 28 netos e seis bisnetos. Era pai do Exmo. Sr. Vereador Alcídio Carvalho Gomes.

O falecido Sr. Pedro foi um grande companheiro do PMDB.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza

de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos parentes e amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Pedro Gomes Neto, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gomes endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 561

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de louvor e congratulações, ao Mestre De Rose.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Mestre De Rose ministrou diversos cursos no Brasil, em universidades, órgãos públicos e entidades diversas. Promoveu congressos, seminários e grupos de estudos em outros países.

Destacamos seus títulos atuais: Presidente da Confederação Nacional das Federações de Yôga do Brasil; Presidente de Honra das Federações de Yôga Estaduais; Presidente da União Nacional de Yôga; Presidente de Honra da União Nacional de Yôga de Portugal; Fundador da União Internacional de Yôga da Argentina; consultor do primeiro projeto de lei para a regulamentação da profissão de professor de Yôga; introdutor e primeiro professor dos cursos de extensão universitária para a formação de instrutores de Yôga em universidades; criador da primeira Universidade de Yôga do Brasil.

Também citamos a publicação de seus artigos nos diversos veículos de comunicação em nosso país, bem como os seus livros publicados: Prontuário de Yôga Antigo (1960), Guia do Instrutor de Yôga (1980), Yôga Sûtra de Patañjali (1981), Questionando o Yôga (1986), Light Exercises (1990), Yôga - Mitos e Verdades (1992) e Faça Yôga antes que você precise (1994).

REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor a Maria Inês Pierin Borges da Silveira e Valéria Borges da Silveira, em razão da publicação da obra Lapa - Tropas e Tropeiros: Caminhos da História, bem como à EDUCON - Sociedade de Educação Continuada, através dos Srs. Luiz Carlos Borges da Silveira e Carlos Enrique Franco.

A obra foi produzida pelo Instituto Histórico Cultural da Lapa e representa resgate da cultura de um povo.

Trata-se de trabalho maravilhoso, merecendo o reconhecimento desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 568

Senhor Presidente:

Os Deputados Estaduais, adiante assinados, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUEREM à Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, seja encaminhado expediente a CTNBio requerendo a não aprovação do pedido da Bayer CropScience, conforme a ementa abaixo, até que sejam realizados os devidos estudos em nosso país, que atestem a biossegurança e que os mesmos sejam amplamente divulgados:

A Hoechst Shering Agrevo do Brasil Ltda., hoje Bayer CropScience, requer da CTNBio aprovação para livre registro, uso, ensaios, testes, semeadura, transporte, armazenamento, comercialização, consumo, importação, liberação e descarte do milho Liberty Link - resistente ao herbicida Liberty, ingrediente ativo glufosinato de amônio, referente ao Evento de transformação T25, abrangendo também todas as progênies derivadas de cruzamento de linhagens e populações não transgênicas de milho com linhagens portadoras de Evento T25, bem como todas as progênies derivadas desse evento com outros para os quais haja autorização semelhante nos termos da legislação brasileira.

Que a solicitação deste e de qualquer outro pedido respeite completamente a Lei de Biossegurança, e assim que sejam realizados estudos sobre todas as nuances da introdução de variedades de OGMs sobre a flora e a fauna local, sobre as culturas agrícolas convencionais e orgânicas, levando em consideração as peculiaridades de solo, micro-clima, etc. das regiões brasileiras. E que esses estudos sejam amplamente divulgados e que todos tenham acesso aos mesmos.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(aa) JOCELITO CANTO, CLEITON KIELSE, LUIZ EDUARDO CHEIDA, BETI PAVIN, LUIZ FERNANDES LITRO, RIBAS CARLI FILHO, PEDRO IVO, LUIZ NISHIMORI, FRANCISCO BÜHRER, ELTON WELTER, ROSANE FERREIRA, PÉRICLES DE MELLO, NEREU MOURA, CARLOS SIMÕES, TADEU VENERI, MAURO MORAES, DOBRANDINO DA SILVA, FELIPE LUCAS, CHICO NOROESTE, PASTOR EDSON PRACZYK e 02 ilegíveis.

REQUERIMENTO Nº 551

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual do Paraná, Rosane Ferreira, do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 131, parágrafo 3º, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Governador do

Estado do Paraná através do Presidente da MINEROPAR - Minerais do Paraná S.A., Sr. Eduardo Salamuni, informações sobre as recomendações técnicas para a recuperação das áreas de lavra em ecossistemas de várzea da Região Metropolitana de Curitiba, que atendam a Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a atividade minerária responsável, legalmente constituída e ambientalmente sustentável é de suma importância para o desenvolvimento da infraestrutura e construção civil do Estado do Paraná.

É de interesse deste gabinete conhecer as recomendações técnicas da MINEROPAR, em relação a recuperação das áreas degradadas do ecossistema de várzeas do Rio Iguaçu, que atendam o disposto na Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, artigo 32 da referida lei.

REQUERIMENTO Nº 552

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual do Paraná, Rosane Ferreira, do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 131, parágrafo 3º, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Governador do Estado do Paraná, através do Presidente Sr. Rubens Ghilardi, da Companhia Paranaense de energia - COPEL, informações sobre a existência de estudos para utilização de painéis fotovoltaicos em edifícios públicos e sistemas de iluminação pública.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Sra. Eliete de Pinho Araújo, arquiteta e professora de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências Exatas e de Tecnologia - FAET, do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB:

Uma milionésima parte da energia solar que nosso país recebe durante o ano (aproximadamente 15 trilhões de megawatts) poderia nos dar um suprimento de energia equivalente a 54% do petróleo nacional ou duas vezes a energia obtida com o carvão mineral ou ainda quatro vezes a energia gerada no mesmo período por uma usina hidrelétrica.

As células solares, preparadas em painéis solares, são consideradas como a solução para o problema de eletrificação rural, com vantagens sobre outras alternativas, pois os painéis não contaminam, não produzem qualquer ruído, não consomem combustíveis e não precisam de manutenção, além de trabalharem também em dias nublados, desde que eles capturem a luz filtrada pela nuvens.

A energia pode ser armazenada em acumuladores e ser usada horas depois, à noite, e até mesmo injetar a

eletricidade sobressalente à rede geral. O preço das células solares continua diminuindo e começa sua produção em grande escala. É muito provável que a partir do século XXI, uma boa parte da eletricidade consumida no mundo terá sua origem na conversão de células fotovoltaicas. A energia solar pode ser completada perfeitamente com outra energia convencional, evitando assim a necessidade de sistemas grandes e caros.

A energia solar é incomparável a qualquer outro sistema de energia convencional por tratar-se de uma fonte 100% natural, ecológica, gratuita, inesgotável e que não agride o meio ambiente. Para cada 1m2 de coletor solar instalado evita-se a inundação de 56m2 de terras férteis, na construção de novas usinas hidrelétricas. Para cada 1m2 de coletor solar instalado, permite-se economizar 55 kg de GLP/ano ou 66 litros de diesel/ano ou 215 kg de lenha/ano.

Evita-se a construção de novas hidrelétricas que resultam na perda da fauna e da flora tropical, inundação de terras que eram ou poderiam ser utilizadas para agricultura e pecuária, perda de patrimônio histórico/cultural e também na recolocação de famílias.

Sendo assim, é de interesse deste gabinete conhecer os estudos que a COPEL está preparando para implantação de sistemas fotovoltaicos a curto e médio prazo no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, solicitando seja informada a razão da paralisação das obras do Centro de Detenção Provisória de Maringá, tendo em vista que os jornais do Município de Maringá divulgaram a interrupção das obras por falta de recursos do Governo do Estado, bem como a previsão de data para conclusão e inauguração da obra.

Trata-se de obra essencial para a região de Maringá, tendo em vista a lotação da cadeia daquele município.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º A licença à servidora gestante, pertencente ao Quadro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, será concedida por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor pretencente ao Quadro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná terá direito a licença paternidade de 10 (dez) dias consecutivos.

Art. 3º À servidora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade, na seguinte proporção:

§ 1º No caso de adoção ou guarda judicial de criança com até 01 (um) ano de idade, o período de licença será de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 01 (um) ano até (quatro) anos de idade, o período de licença será de 90 (noventa) dias.

§ 3º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 04 (quatro) anos de idade até 08 (oito) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias.

§ 4º A licença-maternidade, na forma do *caput*, só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou à guardiã.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Cida Borghetti e Mauro Moraes.

JUSTIFICATIVA:

Vejo na ampliação da licença-maternidade, uma forma, inclusive, de reduzir a violência na sociedade, uma vez que as crianças terão uma série de benefícios em seu desenvolvimento emocional.

É fundamental que a criança fique em constante presença da mãe nos primeiros seis meses de vida. *O vínculo é essencial para que a criança descubra sua identidade, dá a sensação de ser acolhido e ajuda na formação*, isso é o que avalia a Sociedade Brasileira de Pediatria.

A mudança ora proposta está de acordo com a recomendação do Ministério da Saúde. As mães são orientadas nos hospitais e postos de saúde a amamentar o bebê até seis meses de idade. A Sociedade Brasileira de Pediatria promove uma campanha pela ampliação da licença e criou até um abaixo-assinado, disponível na internet.

Oportunizar essa relação mãe-bebê durante o primeiro ano de vida é fundamental para a criação de cidadãos brasileiros saudáveis, não só do ponto de vista físico, mas também equilibrados emocionalmente.

Por isso, nobres Pares, peço o apoio de todos para que possamos aprovar o presente projeto de resolução.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 174/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A licença à servidora gestante, pertencente ao quadro de servidores do Estado do Paraná, será concedida por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor pretencente ao quadro dos servidores do Estado do Paraná terá direito à licença paternidade de 10 (dez) dias consecutivos.

Art. 3º À servidora do Estado do Paraná que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade, na seguinte proporção:

§ 1º No caso de adoção ou guarda judicial de criança com até 01 (um) ano de idade, o período de licença será de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 01 (um) ano até (quatro) anos de idade, o período de licença será de 90 (noventa) dias.

§ 3º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 04 (quatro) anos de idade até 08 (oito) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias.

§ 4º A licença-maternidade, na forma do *caput*, só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou à guardiã.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Cida Borghetti e Mauro Moraes.

JUSTIFICATIVA:

Vejo na ampliação da licença-maternidade, uma forma, inclusive, de reduzir a violência na sociedade, uma vez que as crianças terão uma série de benefícios em seu desenvolvimento emocional.

É fundamental que a criança fique em constante presença da mãe nos primeiros seis meses de vida. *O vínculo é essencial para que a criança descubra sua identidade, dá a sensação de ser acolhido e ajuda na formação*, isso é o que avalia a Sociedade Brasileira de Pediatria.

A mudança ora proposta está de acordo com a recomendação do Ministério da Saúde. As mães são orientadas nos hospitais e postos de saúde a amamentar o bebê até seis meses de idade. A Sociedade Brasileira de

Pediatria promove uma campanha pela ampliação da licença e criou até um abaixo-assinado, disponível na internet.

Oportunizar essa relação mãe-bebê durante o primeiro ano de vida é fundamental para a criação de cidadãos brasileiros saudáveis, não só do ponto de vista físico, mas também equilibrados emocionalmente.

Por isso, nobres Pares, peço o apoio de todos para que possamos aprovar o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 175/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que o Governo do Estado do Paraná, compense os municípios que receberem estabelecimentos penais, prisionais e correccionais de qualquer espécie, independentemente da origem dos recursos aplicados na construção destes.

Art. 2º A compensação de que trata o artigo 1º deverá se concretizar na forma de aplicação de recursos financeiros em obras e serviços de infra-estrutura e melhorias locais, na mesma e exata relação dos gastos efetivados para a construção e instalação do estabelecimento prisional ou correccional.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar uma relação de obras prioritárias a serem atendidas na forma em que dispõe esta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa corrigir uma injustiça histórica que atinge os municípios que aceitam a incumbência de receber em seu território uma penitenciária ou qualquer outro tipo de estabelecimento penal, sem ter a garantia legal de que receberá algum tipo de benefício concreto para sua população.

Sabemos da imperiosa necessidade de aprimoramento do sistema prisional pátrio, porém não se pode admitir o sacrifício de poucos em benefício de muitos. Cabe-nos buscar a justiça social e neste caso nada mais justo que a compensação proposta, que garantirá aos municípios benefícios concretos e definidos antecipadamente, quando da definição do local a ser instalado este tipo de estabelecimento.

Portanto, temos a certeza de que este projeto de lei será aprovado por esta Casa de Leis, para que possamos dar uma segurança adicional aos municípios que recepcionarem estabelecimentos penais de qualquer espécie.

PROJETO DE LEI Nº 176/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo de Criadores de Ovinos da Região de Maringá - OVINOMAR, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo de Criadores de Ovinos da Região de Maringá - OVINOMAR, tem por finalidade congregar os criadores de ovinos da região, promover e executar programas de melhorias sistemáticas na ovinocultura, com a colaboração da OVINOPAR, facilitando seus contatos com criadores da região e auxiliar e fiscalizar o inspetor técnico da OVINOPAR e propor medidas necessárias à melhor consecução de seus objetivos estatutários na região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 177/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Passa a ser reconhecido em todo o território estadual o exercício da atividade de vigilância autônoma para guardas de rua e condomínios.

Art. 2º Os vigilantes autônomos deverão ser cadastrados na Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Art. 3º O exercício da atividade de vigilância autônoma exigirá, obrigatoriamente, filiação ao órgão de classe da categoria.

Art. 4º Os requerimentos solicitando o cadastramento dos profissionais autônomos de vigilância noturna e diurna, junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, serão subscritos pelo Presidente do órgão de classe da categoria.

Art. 5º O cadastramento terá validade anual, até 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único. O pedido de renovação deverá ser entregue no órgão de classe da categoria, até o penúltimo dia do mês de fevereiro do ano subsequente ao do vencimento.

Art. 6º Os requisitos mínimos exigidos para cadastramento dos prestadores de serviços de vigilância autônoma são os seguintes:

- I - ser brasileiro;
- II - ser maior de 21 (vinte e um) anos;
- III - ter, no mínimo, escolaridade correspondente à 4ª série do primeiro grau;
- IV - estar quite com o serviço militar;
- V - possuir habilitação em curso específico de vigilante noturno e diurno autônomo;
- VI - ser aprovado em exame de saúde física, mental e ser considerado apto em exame psicotécnico realizado por instituição credenciada pelo órgão de classe da categoria;
- VII - não ser integrante do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Segurança Pública, nem da Guarda Municipal;
- VIII - não possuir antecedentes criminais;
- IX - possuir comprovante de inscrição na Prefeitura Municipal e no Instituto de Seguridade Social - INSS;
- X - comprovar domicílio;
- XI - estar quite com a anuidade do órgão de classe da categoria.

Art. 7º Aplica-se ao trabalho de vigilante autônomo, no que couber, o disposto na legislação trabalhista e previdenciária geral.

Art. 8º O serviço de vigilância autônoma compreenderá as atividades de patrulhamento a pé ou motorizado, inclusive as guardas de guaritas, das áreas urbanas e rurais, sendo remunerado diretamente pela comunidade, na forma estipulada em contrato de prestação de serviços livremente negociado entre as partes.

Art. 9º O contrato a que se refere o artigo anterior poderá ser firmado por condomínios de moradores por meio de um membro eleito.

Art. 10. O serviço de vigilância autônoma deverá trabalhar integrado e manter constante contato com os órgãos de segurança pública estadual e com a guarda municipal, para comunicação de ocorrências que exigirem a atuação da polícia militar ou civil ou, ainda, que envolvam a guarda municipal.

Art. 11. Os atuais vigilantes noturnos terão seus direitos adquiridos preservados, podendo exigir de quem de direito o que lhe convier.

Art. 12. A estruturação do curso específico de formação de vigilante autônomo caberá ao órgão de classe da categoria, a partir de diretrizes estabelecidas pela respectiva Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Art. 13. O não cumprimento das normas estabelecidas nesta lei sujeitará os prestadores do serviço de vigilância às seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - impedimento do exercício das atividades;
- III - multa de 1.000 (mil) a 10.000 (dez mil) UFIRs;
- IV - suspensão do cadastro;
- V - cassação do cadastro.

Parágrafo Único. Essas penalidades serão aplicadas pelo órgão de classe da categoria.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O vigilante autônomo existe há mais de 50 (cinquenta) anos, prestando um serviço de segurança aos moradores das cidades, mediante o pagamento de pequena contribuição mensal. Seu papel tem sido muito importante na segurança preventiva e no apoio à população, em especial nesses momentos de tanta intranquilidade.

O presente projeto tem como objetivo regulamentar essa atividade, tirando esses profissionais da informalidade, estabelecendo normas para o adequado desenvolvimento do serviço de vigilância, que não pretende conflitar com as atribuições e funções já existentes na estrutura de segurança pública, nem invadir as competências das polícias. Pelo contrário, as atividades desenvolvidas por esse serviço irão auxiliar os órgãos policiais pela própria integração proposta para o exercício dessa atividade.

São essas as razões pelas quais apresentamos a presente proposição e esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 178/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica implantada a “tarifa justa” para o fornecimento de água, através da qual os consumidores pagarão apenas pelo consumo real, efetivamente usufruído, a ser mensurado e identificado na fatura mensal.

Art. 2º As concessionárias prestadoras de serviços de água no Paraná ficam proibidas de cobrar tarifas, taxas de consumo mínimo, ou de adotar práticas similares contrárias ao estabelecimento no *caput* da presente lei.

Art. 3º Nos casos comprovados de consumo sazonal, ou seja, ligações em que não exista consumo durante pelo menos seis meses consecutivos ou não, o Governo

do Estado poderá autorizar a adoção de tarifas sazonais com valor superior ao das tarifas convencionais.

Art. 4º A desobediência à presente lei implicará na imediata perda da concessão ou da permissão de serviços públicos emitida pelo Poder Público Estadual ou Municipal no âmbito do Estado do Paraná, bem como no ressarcimento, pela concessionária aos consumidores, de valor monetário, correspondente ao dobro dos valores cobrados a maior nos últimos cinco anos, devidamente corrigidos pelo INPC e acrescidos de juros de doze por cento ao ano até a data de efetivo ressarcimento.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto de lei é resgatar o direito do consumidor ao justo pagamento pelo serviço por ele realmente utilizado. A lei proposta irá possibilitar que a população pague apenas pela água consumida e que seja sepultada definitivamente a abusiva cobrança através da dita taxa mínima. O Código de Defesa do Consumidor já afirma que o consumidor deve pagar somente pelo que compra ou consome.

Em 05 de janeiro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.445 (federal), que estabeleceu novas diretrizes e políticas nacionais para o saneamento básico, o qual segundo essa lei, inclui o abastecimento de água potável (inciso I do artigo 3º).

Segundo o parágrafo 1º do inciso I do artigo 29 da referida lei, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas deve contemplar entre outras, as diretrizes de ampliação do acesso da baixa renda, inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos, bem como incentivo à eficiência dos prestadores de serviços. Verificando a situação do Paraná, fica evidente que o modelo vigente da tarifa mínima não respeita a atual legislação federal aplicável à questão.

Em primeiro lugar, porque a tarifa mínima reduz o acesso à água na medida em que condena a população a pagar pela água que não consome. Ou seja, a água acaba ficando mais cara e, assim, de mais difícil acesso. Nesse contexto, os cidadãos de baixa renda acabam sendo os mais penalizados, mesmo pagando a dita tarifa social que no Paraná, beneficia apenas 357.000 domicílios.

Segundo, porque a tarifa mínima estimula o desperdício. Com ela não existe o benefício da economia da água. Consumindo mais ou menos, a população vai sempre pagar o mínimo de consumo. Por outro lado, deve ser lembrado que no caso do Paraná, especialmente na Região Metropolitana de Curitiba, existe grande risco de abastecimento de água. Ou seja, a economia de água deve ser valorizada, estimulada de verdade. Para isso, nada melhor do que pagar apenas pela água que realmente se consome.

Terceiro, porque eventualmente o custo da ineficiência das concessionárias pode ser facilmente repassado para os consumidores. Essa ineficiência pode compreender, por exemplo, elevadas perdas técnicas, tecnologias obsoletas, etc. A tarifa justa elimina a zona de conforto dessas concessionárias, que vão receber apenas pela água que for consumida.

Por outro lado, cabe destacar que o projeto ora proposto é de alta relevância social. Ele poderá beneficiar mais de cinco milhões de paranaenses. O Paraná possui cerca de 2,4 milhões de ligações de água e destas, aproximadamente 1,4 milhão - mais de 50% do total - registram consumo inferior aos dez metros cúbicos estabelecidos pela tarifa mínima.

No litoral paranaense existem cerca de 62.000 ligações de água, das quais 55.000 pagam a tarifa mínima e apenas 4.000 estão na tarifa social. Com a nova legislação proposta, a população fixa será beneficiada e a população flutuante - os veranistas - irão pagar mais caro através da tarifa sazonal, como, aliás, já é praticado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Fernando Ribas Carli Filho.

Deputado Ribas Carli Filho (PSB)

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Como todos sabem, faço parte da Bancada de Oposição ao Governo do Estado. Mas hoje, venho aqui para fazer uma sugestão e poder assim colaborar com um dos compromissos de campanha do Governador Requião, de maneira coerente, como devem ser as oposições, de maneira inteligente com nós da Oposição devemos atuar.

Venho levantar uma questão muito importante e que há muito tempo vem sendo requisitada pelo povo da região central do Paraná. Sabemos que um dos compromissos que estavam sendo assumidos pelo então candidato à reeleição e hoje Governador Roberto Requião, eram as rotas alternativas às praças de pedágio. Temos a região de Guarapuava, mais exatamente a estrada que liga Guarapuava a Inácio Martins e que está em pavimentação. São exatos quatorze quilômetros e meio que estão sendo pavimentados, num total de 42 quilômetros; faltam 27 quilômetros e meio para terminar essa pavimentação.

Então, queremos fazer esse pedido porque com a pavimentação completa dessa estrada, com esses 42 quilômetros asfaltados, nós teremos uma rota alternativa, desviando de duas praças de pedágio. Saindo de Guarapuava, passando pelo Distrito de Guará, indo até Inácio Martins e saindo na Cidade de Irati. Uma rota alternativa para os motoristas que não querem pagar o pedágio. Temos uma rota que pode melhorar o desenvolvimento da região e assim temos um compromisso

de campanha do Governador Requião, que pode ser efetivamente mostrado a todos que confiaram nele para a sua reeleição.

Então, faço aqui um apelo, porque é uma obra simples e há muito tempo os moradores dessa região clamam por essa obra.

E nesse momento oportuno, no qual o Governador assumiu esse compromisso, acredito que se forem cumpridas vão contribuir muito para o Estado do Paraná. Acredito que se isso for cumprido, teremos, sim, uma nova rota alternativa.

Fazemos oposição, sim. Fiscalizamos, sim. Cobramos, sim. Mas, da mesma forma como cobramos, achamos que uma Oposição coerente deve ter idéias, sugestões. Como cada um dos Srs. Deputados conhecem a região de vocês, acho que nós, juntos aqui, podemos somar um Estado melhor. Pela conclusão dessa obra faço esse apelo, que pode ter um ar de cobrança, mas é mais uma sugestão. Espero que isso aconteça, na região de Guarapuava e que essa pavimentação aconteça de Guará a Inácio Martins - um compromisso de campanha assumido e espero que seja cumprido.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares. Ocupo a tribuna para falar sobre o encaminhamento de um requerimento que quero fazer e pretendo que esta Casa o aprove, no dia de hoje, porque é muito importante e diz respeito a todos nós, brasileiros, em especial, paranaenses.

Trata-se de um pedido que a Empresa Bayer e Monsanto, ambas empresas multinacionais, fazem a CTNBio com relação a um pedido de liberação do milho transgênico, chamado milho LL. A decisão da CTNBio se dará nos dias 18 e 19 de abril, portanto, ainda há possibilidade de se intervir, para que isso tome um rumo diferente.

Digo isso, porque a Empresa Bayer, que faz o pedido, simplesmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretende a aprovação para livre registro, uso, ensaio, testes, semeadura, transporte, armazenamento, comercialização, consumo, importação, liberação e descarte do milho chamado Liberty Link, o chamado milho transgênico LL. Este milho é resistente a um herbicida, que tem o nome comercial de Basta, cujo ingrediente é um ativo do glufosinato de amônio, conhecido por dar aos seres humanos uma série de efeitos colaterais, como náuseas, vômitos, diarreias, alterações sanguíneas e outras séries de questões, que são pertinentes à saúde humana.

Este pedido, Sr. Presidente, é tão amplo, que todo o cruzamento de novas espécies introduzidas, a partir dele, não precisarão ser autorizadas em nosso país. Ou seja, em outras palavras, a aprovação desse milho LL na CTNBio chancela qualquer outra pretensão de registro de milho transgênico em nosso país. Pior do que isso, esse pedido, o cruzamento entre o milho transgênico e o não transgênico, até porque o milho tem uma polinização diferente da soja, ele faz polinização cruzada, enquanto a soja não o faz. De modo que a plantação da lavoura do Sr. Joaquim, em União da Vitória, pode contaminar a lavoura do Sr. Antônio, em Bituruna. Isso é possível, a distâncias enormes, porque o milho faz a fecundação, a polinização cruzada. Significa um desastre tão amplo, que uma eventual contaminação do milho convencional com esse milho transgênico, poderá vir dar direito a Bayer dessas novas sementes, resultados desse cruzamento. Ou seja, o problema é de segurança, praticamente - sem querer fazer alarde - segurança nacional. Se aprovado, esse pedido da Bayer, qualquer estudo de biossegurança se torna desnecessário. Não haverá mais necessidade nem da Lei de Biossegurança, nem da CTNBio e nem do chamado Protocolo de Cartagena, que foi muito bem discutido aqui em março último, aqui na Cidade de Curitiba, por iniciativa da ONU.

A CTNBio se escuda em pareceres que encomendou, mas que são sigilosos, são secretos. Esses pareceres, pelo que já se sabe, embora secretos, são favoráveis à liberação do chamado milho transgênico. Acontece, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nenhum país da União Européia planta o tal milho LL. A Áustria já proibiu a comercialização há oito anos atrás, em 1999; na Inglaterra a mesma pretensão da Bayer foi sustada, porque a empresa admitiu não conseguir, em hipótese alguma, seguir as normas de biossegurança daquele país. Enfim, em palavras mais simples, estamos sendo o "boi de piranha" aqui com relação a essa empresa.

Em que pese estar aqui advogando que esta Casa envie à CTNBio um requerimento solicitando o adiamento dessa decisão para que estudos feitos no Brasil, com pareceres brasileiros e amplamente divulgados no país - não advogo que se proíba o milho LL, mas que se realizem estudos necessários para que isso seja feito - não é possível um país que se pretende autônomo e soberano curvar-se aos interesses da indústria farmacêutica e agora da indústria que faz a tecnologia de ponta na biotecnologia. É fundamental que os estudos sejam feitos no Brasil, porque os estudos apresentados pela Bayer à CTNBio são feitos na língua da empresa e não respeitam inclusive a Constituição Brasileira, que deixa muito claro que é fundamental que os estudos necessários à liberação de um produto, principalmente um produto que causa tanto embaraço e dessas dimensões, não seja feito em uma língua que não a língua pátria.

Mas, quero dizer aos nobres Deputados também o seguinte: não sou contrário à transgenia. Não sou! A transgenia, que é fruto da biotecnologia, é fundamental

para o desenvolvimento da sociedade e sem dúvida nenhuma a ciência se aproveita muito disso. Através da transgenia são feitos medicamentos como a insulina, como a cirurgia genética, as vacinas gênicas, que são fundamentais para o avanço da sociedade. Agora, não podemos esculhambar e entendermos que porque a transgenia possa vir a ser utilizada de modo tão fantástico e importante pela espécie humana, que nós haveremos de liberá-la para o plantio indiscriminado, sujeito a todas as normas que são biológicas e físicas que a natureza impõe. Uma coisa é o controle laboratorial de um produto que está prestes a ser aprovado e outra é colocá-lo na natureza e nós, como aprendizes de feiticeiros, sem sabermos sequer o resultado de experiências como essas, estarmos atestando a sua validade.

O Brasil é o Brasil. Nós não estamos na Europa, na Inglaterra, não estamos acima do Equador. Nós temos um clima próprio, temos uma velocidade dos ventos, uma salinidade, uma temperatura, uma luminosidade diferente dos outros países. Portanto, os estudos para a liberação de quaisquer testes como esses devem ser feitos em nosso território, no território nacional.

Peço, então, aos Deputados, atenção para este requerimento que estaremos entrando e peço até aos companheiros que entendem, como eu, a necessidade da cautela em todas essas amplas experiências, que estejam assinando conosco este requerimento. Eu estarei pedindo aos Srs. Deputados que assinem conosco este requerimento endereçado ao CTNBio para que possamos, à luz da razão, à luz do bom senso, à luz da cautela, à luz da precaução, fazermos o que qualquer guarda de trânsito já sabe: na dúvida, não ultrapasse; na dúvida, não faça; na dúvida, não avance; na dúvida, não pereça.

Gostaria, então, de com estas palavras, esperar ter chamado a atenção para este requerimento aos nobres Pares e que a Assembléia Legislativa do Paraná, Sr. Presidente, tão altaneira e com uma vontade, uma vocação de extraordinária independência com relação a situações como estas, ter o seu primeiro exemplo. E que sejamos o primeiro Parlamento do Brasil a nos colocarmos frente a CTNBio com estas preocupações - não no sentido de abortarmos um pedido de liberação, mas de exigirmos a cautela necessária para que isto aconteça.

O Paraná haverá de se orgulhar com relação a esta medida tomada pela Assembléia Legislativa, e os brasileiros, sem dúvida nenhuma, se orgulharão dos paranaenses que tiverem feito isso.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero registrar, com satisfação, a presença aqui na Assembléia Legislativa das Sras. Maria Viana, Angélica e Inês, do Colégio João XXIII, da Cidade de Marmeleiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindas. Devidamente registrado.

Horário das Lideranças:

Horário das Lideranças: PMDB, PSDB, PFL, PT. **(Declinaram).**

PP. Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputado Chico Noroeste, Deputado Waldyr Pugliesi, Sras. e Srs. Deputados.

Constantemente, Sr. Presidente, nobres Pares, a imprensa noticia um grave fato que é a violência de adultos contra crianças. E pelas estatísticas do próprio IBGE, a maior parte das agressões contra as crianças ocorre exatamente dentro do próprio lar ou a violência é praticada por alguém da própria família - muitas vezes o pai, um irmão, a mãe, muitas vezes o padrasto - mas é bom lembrar, Sr. Presidente, que muitas vezes a pessoa que está praticando violência contra a criança, também não teve berço. Lá atrás, na sua infância, na sua adolescência, ela também foi vítima de agressão. Quando vemos os moradores de rua, principalmente jovens - e perguntando a esses jovens por que eles optam em morar na rua e não debaixo de um teto, ter o próprio lar - a maioria acaba explicando que a mãe saía com um, com outro, muitas vezes não sabem nem quem é o seu pai, às vezes o pai ou padrasto é alcoólatra, às vezes dentro do próprio lar o nível de violência é tão alto que aquela criança ou aquele adolescente acaba optando, achando mais confortável morar na rua, e viver até da caridade pública. E é exatamente aí que vemos, lamentavelmente, a proliferação em índice assustador da droga - pessoas se aproveitando, inclusive da pobreza desses jovens e desses adolescentes.

Mas não é, Sr. Presidente Nelson Justus, especificamente sobre este tema que eu venho à tribuna nesta tarde. Venho sim, para falar da mãe, principalmente no caso do pronunciamento nesta tarde, é sobre a mãe servidora que acabou de ganhar bebê. Por força da lei esta mulher tem direito a quatro meses de licença-maternidade, mas já há a tramitação de um projeto, em nível federal, estendendo às trabalhadoras da iniciativa privada a licença maternidade por seis meses.

Eu vejo muitas vezes, Sr. Presidente, a televisão, o jornal, o rádio comentando de mães que, tendo emprego fora, tendo que sair de casa para trabalhar, deixam a criança com pessoas despreparadas, às vezes até com a doméstica, às vezes com a babá, para quem pode. Esta semana nós vimos um avô amarrando o neto numa corrente ou numa corda, como se fosse um cachorro, um animal, e alegando que não tinha como cuidar da criança. É lamentável, é triste este tipo de violência!

Sr. Presidente, eu quero falar de um outro lado da questão, não é da mãe que está praticando violência contra a criança, é da mulher que é servidora pública esta-

dual, aqui no Paraná, e que ganhou bebê e gostaria de permanecer um tempo a mais em companhia da criança, na companhia do bebê. Eu não sou médico, nobre Deputado Cheida, nobre Deputado Dr. Batista, não sei quantos colegas aqui são médicos, mas os pediatras têm recomendado que quanto mais tempo a mãe permanecer ao lado do bebê é melhor para o apego, para a afinidade, para a intimidade e até para a formação dessa criança.

Pensando nisso é que com mais de 200.000 assinaturas de apoio, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil e a Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente estão em campanha, em todo o Brasil, para que os cuidados com as crianças e os cuidados com a maternidade tenham o suporte social que merecem, porque hoje, infelizmente, não estão tendo! É opinião geral, nobres colegas, que é extremamente importante que a mãe passe o maior tempo possível na companhia do bebê.

Por isso, estamos entrando com um projeto, pegando uma carona no movimento da OAB, no movimento da Sociedade Brasileira de Pediatria, pegando carona no Movimento da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente, pegando uma carona nas 200.000 assinaturas de homens e mulheres, estamos encaminhando, Sr. Presidente Nelson Justus, para apreciação dos nobres Pares estaduais do Paraná, projeto que, se aprovado, vai estender à servidora pública do Paraná, seja ela das Secretarias de Estado, das universidades, das empresas públicas que pertencem ao Estado do Paraná, a licença-maternidade de seis meses e não mais quatro meses.

Concedo o aparte à Deputada Luciana Rafagnin, com muito prazer.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Agradeço o aparte e gostaria de colaborar e parabenizar V. Exa.

Nós também protocolamos nesta Casa, nesta tarde, um projeto idêntico. Acredito que podemos sentar, fazer uma união desses dois projetos, o projeto que esta Deputada apresentou juntamente com o projeto que V. Exa. apresentou na Casa, porque é momento de somar, realmente. Também quero endossar suas palavras, da importância que tem para as mulheres, elevar de 120 dias para 180 dias a licença-maternidade, porque entendo que dessa forma nós estamos valorizando mais as mulheres e pensando no futuro do cidadão, naquela criança que está vindo. V. Exa. fala com toda a propriedade e os dados da Saúde confirmam que se a mãe ficar mais próxima do filho, de uma maneira especial, eu acredito que se elevarmos até seis meses, já estaremos contribuindo com isso e muito menos problemas de saúde o país vai enfrentar. A criança vai crescer mais saudável, de uma maneira especial, tendo saúde e o acompanhamento da mãe.

Então, esta Deputada já protocolou nesta Casa, nesta tarde, um projeto semelhante, tanto às servidoras da

Assembleia Legislativa quanto às servidoras do Estado e que se estenda a licença-maternidade para 180 dias.

Agradeço o aparte e acho que é importante, depois, que possamos discutir juntos a unificação desses dois projetos para que possa tramitar nesta Casa e podermos discutir esse assunto aqui no Estado do Paraná.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado. Partindo de uma mulher tão competente como a Deputada Luciana Rafagnin, que honra esta Casa, fico emocionado e parabeno a nobre colega. Vamos somar forças sim, porque aliás, nós estamos conclamando os 54 Deputados e Deputadas desta Casa, para que juntos prestemos esta homenagem à mulher e à criança.

Por final, Sr. Presidente, no dia de hoje comemorase o oitavo aniversário da maior obra que um Prefeito já fez no Brasil, para atender às crianças. É o PAI - Pronto Atendimento Infantil - que eu construí em Londrina. Esta obra comemora hoje oito anos de instalação e nesse PAI já foram atendidas mais de 200.000 crianças.

Para concluir o projeto, Sr. Presidente, além de estender a licença-maternidade de quatro para seis meses, ele estabelece também o seguinte: se a mãe estiver usando a licença-maternidade, e nesse período, por comodismo, colocar a criança numa creche ou numa instituição similar ou entregar a criança para a babá cuidar, o projeto estabelece, se aprovado, que essa servidora perderá o direito à licença-maternidade, porque o objetivo é ampliar para seis meses para que a mãe fique junto à criança e não que coloque a criança numa creche.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário do Grande Expediente, esta Presidência concede a palavra ao Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu me inscrevi para falar sobre o transporte coletivo de Curitiba e Região Metropolitana, mas antes, quero me reportar a uma discussão que aconteceu nesta Casa, durante várias Sessões, que é sobre a criação de novas regiões metropolitanas no Estado do Paraná. Tenho percebido que para a população dessas regiões, não chega a fazer tanta diferença, a não ser por uma questão de vaidade ou de status de fazer parte ou não de uma região metropolitana. Na prática, a população não sabe o que significa, qual o benefício que ela vai ter com a criação dessa região metropolitana. Existe muita desinformação da população em relação a esses projetos que tramitam nesta Casa.

Fui recentemente ao Município de Jandaia do Sul, e alguns moradores me interpelaram perguntando se Jandaia iria fazer parte da Região Metropolitana de Maringá, porque Mandaguari estaria fazendo parte e Jandaia não. Eu fiquei pensando que Jandaia não tem muito a ver com Maringá, em termos de conurbação. Não tem uma ligação, não tem um fluxo que envolve essas duas cidades. A não ser Sarandi que é uma cidade limítrofe, onde ali existe conurbação.

No meu ponto de vista, quando há conurbação, quando os municípios estão interligados, relacionam-se constantemente, justifica-se um planejamento de região metropolitana, um desenvolvimento integrado. Mas, quando os municípios estão muito equidistantes, fica difícil imaginarmos que ali vai ter algum tipo de vantagem para a população de haver uma integração.

Acho que devemos discutir mais um desenvolvimento regional, fortalecimento dessas cidades, para não criar uma falsa expectativa na população de que com a criação da região metropolitana, muita coisa vai mudar. Enfim, eu não acho que é esse o caminho.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB) (Aparte)

V. Exa. está correto no pronunciamento. Só para esclarecer que as regiões metropolitanas e o planejamento, um dos fatores é para se evitar a conurbação, porque a conurbação é um problema que temos quando duas cidades se unem com o crescimento e quando falta um planejamento. Então, a partir das regiões metropolitanas nós poderemos evidentemente contribuir para os planos de desenvolvimento regional, que V. Exa. muito pertinentemente comentou, e evitar-se assim um dos problemas que temos hoje, que é a conurbação entre duas cidades.

Obrigado.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Eu considero que quando as cidades se comunicam, existe aí uma relação, justifica-se, senão nós poderíamos usar um outro nome, mas não região metropolitana, porque tem alguns municípios que estão sendo incluídos na região metropolitana que ficam a quarenta, cinquenta, sessenta quilômetros do pólo principal, aí, no meu ponto de vista, é que não se justifica.

Quero me dedicar ao assunto pelo qual me inscrevi, que é o transporte coletivo da nossa região metropolitana aqui da Capital, de Curitiba. Eu vejo que esse é um assunto que merece a atenção dos Deputados, principalmente os Deputados aqui da região. É necessário encontrarmos algumas alternativas para desenvolver os municípios e evitar esses deslocamentos desnecessários da população em busca de emprego, de tratamento de saúde, de consumo e até em busca de lazer. Temos que incentivar que cada município tenha o desenvolvimento necessário para não ter que ficar tão dependente da Capital. Mas, esse é um processo lento e, enquanto isso não acontece, temos que voltar os olhos para a situação de

penúria, da situação complicada que muita gente vive hoje, que depende do transporte coletivo.

Nós, aqui em Curitiba, acompanhamos que Curitiba já foi um exemplo de soluções inovadoras no transporte coletivo. Ocupou posição de vanguarda, sendo destaque até a nível internacional. Mas, percebemos que de 1994 até o ano 2000 houve realmente evolução. Percebemos que houve planejamento, adequações, construções de terminais, bi-articulado, ligeirinho, interbairros. Mas a partir de 2000, o transporte coletivo, o sistema de Curitiba e região metropolitana não evoluiu. Por outro lado, a população aumentou muito, não só da região metropolitana, mas de muitos bairros da nossa própria Capital. E faltou a continuidade no planejamento para que o transporte coletivo acompanhasse esse aumento da população e essas novas demandas que surgiram. Hoje o sistema está saturado, porque existe falta de investimentos, existe falta de planejamento. Hoje temos uma situação que a maioria das linhas andam superlotadas e existe uma diminuição de veículos em muitas linhas, provavelmente para forçar alguma situação.

Os usuários são tratados pior que gado em muitas situações. Vi recentemente uma reportagem na TV Educativa, do Carlos Moraes, aqui no terminal do Capão da Imbuia, que é um absurdo. Se fosse gado ia reagir com coice, ia se rebelar, mas a população que é bastante ordeira, infelizmente vai suportando essa situação, hoje. Hoje você vê em horário de pico, realmente entubando a população e as pessoas tentam entrar no ônibus, não conseguem, o motorista ajuda com as portas. É realmente um absurdo o que está acontecendo. Boa parte dos ônibus são bastante velhos, além do prazo de vida útil deles.

Estou apresentando um requerimento, uma indicação para o Presidente da COMEC, Sr. Alcidino Bittencourt e também para o Prefeito Toninho, da Fazenda Rio Grande - Presidente da ASSOMEC, porque é a primeira vez que temos na Presidência da ASSOMEC um Presidente que não seja o Prefeito de Curitiba, mas é um Prefeito da região metropolitana.

Estou sugerindo ao Presidente da COMEC e ao Presidente da ASSOMEC - Associação dos Municípios da Região Metropolitana, que abram um debate sobre o assunto, que promovam seminários para que possamos discutir o assunto, encontrar soluções melhores para o transporte coletivo em Curitiba e região metropolitana.

Digo isso, porque hoje o transporte coletivo é administrado pela URBS. Em setembro do ano passado, o Governo do Estado assinou um aditivo com a URBS através do Governador em exercício, na época Hermas Brandão, com o Prefeito Beto Richa, que esse aditivo prevê que novamente o assunto será discutido em setembro deste ano.

Até setembro, espero que possamos discutir o assunto, fazer seminários, onde possamos participar dessa discussão nós Deputados, mas que os usuários também tenham condições de participar, para que na hora

que estabelecermos uma nova parceria com a URBS, nós tenhamos mais elementos para melhorar esse sistema.

Atualmente a URBS administra 115 linhas interligadas, mais 82 não interligadas de 19 municípios da região metropolitana. E temos que admitir que a URBS tem estrutura para administrar esse sistema.

O Sr. Rui Hara (PSDB) (Aparte)

Só para colaborar com o seu raciocínio. No ano de 2005 nós fomos Secretário de Assuntos Metropolitanos do Município de Curitiba e tivemos vários contatos com o Dr. Alcidino que era Presidente da COMEC. E um dos assuntos principais foi a questão da PIT - Plano de Integração dos Transportes da Região Metropolitana, foi a questão, realmente, do transporte coletivo. A URBS é a responsável pelo transporte coletivo de Curitiba e a COMEC pela região metropolitana. Houve esse decreto do Governador que passava algumas das responsabilidades, mas depois não sabíamos até que ponto iria a responsabilidade. Sentamos várias vezes com o Presidente da URBS no sentido de tentarmos organizar.

Só para o senhor ter uma idéia, hoje o transporte coletivo do Município de Curitiba é superavitário. O transporte coletivo interligando a região metropolitana é deficitária.

Então, hoje existe um grande problema que teoricamente o Município de Curitiba, os habitantes de Curitiba é que complementam o que dá de déficit na região metropolitana. Mas, é uma discussão muito importante. Acho que deve haver este Seminário e a Assembléia Legislativa tem legitimidade, inclusive, para discutir uma nova fórmula de transporte coletivo, se vai ser por valores diferenciados de cada raio de região ou como vai ser esta questão do transporte coletivo, mas acho muito importante esta discussão.

Parabéns por levantar este problema.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sim, Sr. Deputado. Eu digo que existe este debate em relação a que Curitiba é superavitário, a região metropolitana. Mas, eu também digo que temos que reconhecer que a população da região metropolitana não vem a Curitiba simplesmente para dar despesa. Muito pelo contrário. A população da região metropolitana vem contribuir com a Capital, vem trabalhar aqui, vem somar para o crescimento da cidade, vem gastar aqui, portanto, contribuir novamente para o desenvolvimento econômico da cidade. Então, é um equívoco simplesmente fazer uma avaliação separada disso.

Mas, acho que temos muito o que avançar neste assunto. A URBS tem uma estrutura que permite administrar o sistema com certa facilidade. Mas, para isso ela também cobra 4% do sistema, que é um valor razoavelmente alto.

A questão da tarifa é uma polêmica. O Prefeito Beto Richa se elegeu com discurso de redução de tarifa. E aí vimos uma redução de dez centavos, mas, para isso

foi reduzido o ISS do município e mais algumas questões. Mas, eu imagino que hoje o que está havendo é que a URBS simplesmente reduziu 10% mas não fez uma discussão sobre isso, não foi feita uma redução de planilha, não foi feita uma revisão de como é feito o cálculo da tarifa. Nós poderíamos dizer, a grosso modo, que hoje a Prefeitura está subsidiando o lucro das empresas, simplesmente, porque não foi feita uma discussão ampla a este respeito, de como poderia haver, realmente, uma redução de tarifa, mas sem onerar os cofres públicos, porque aí a população estaria pagando duas vezes a tarifa.

Sobre tarifa, ainda, é importante salientar o seguinte: não é uma tarifa barata, mesmo a R\$ 1,80. É uma das tarifas mais altas do país. E se fizemos uma comparação com a inflação no período, temos o seguinte: que de 1994 a 2005, a inflação no período foi de 189%. E a tarifa aumentou de R\$ 0,40 para R\$ 1,90. Aumento de 375%, portanto, bem acima da inflação do período. Se considerarmos a redução de R\$ 0,10, assim mesmo vamos ter 350% de aumento da tarifa.

O custo do quilômetro rodado, aumentou neste período, 238%. Se ele fosse calculado proporcional ao que era em 1994, hoje teríamos uma tarifa de R\$ 1,35. Eu sei que esta discussão não é tão simples, mas o que existe é uma falta de informações de como se chega a estes valores e de como se chega ao valor que é pago para as empresas por quilômetro rodado.

E o que existe é muito discurso, de baixa tarifa, de fazer licitação para as empresas, mas até agora não vimos muita coisa prática. O que percebemos é que estão sendo retirados ônibus das linhas, em muitas regiões. Tenho conversado com as empresas que dizem que é a URBS, porque as empresas ganham por quilômetro rodado. Para ela, quanto mais ônibus rodando é melhor. Então, na verdade é a URBS quem está retirando alguns ônibus de circulação, de algumas linhas, forçando provavelmente uma situação. Só que a população está padecendo com esta situação. Dá a impressão de que o importante é beneficiar Curitiba, é baixar a tarifa aqui, ou manter a tarifa em Curitiba, mesmo que para isso se sacrifique a região metropolitana.

Na semana passada, o Vereador Jair César fez um discurso na Câmara de Vereadores de Curitiba, no sentido de discriminar a região metropolitana, criticando um pouco essa integração, dizendo que prejudica Curitiba. Resta saber se essa é, também, a mesma idéia, a mesma visão do Executivo Municipal, porque o Vereador é da base do Prefeito Beto Richa.

Está sendo forçada uma situação de discriminar a região metropolitana. Acho que esse não é o caminho. Temos que avançar na discussão porque a integração é uma conquista que deve ser preservada a aperfeiçoada.

Espero que o Alcidino e o Toninho da Fazenda Rio Grande promovam, realmente, alguns seminários, alguma discussão para que os Prefeitos da região metropolitana, os Vereadores, a sociedade organizada, os Deputados da região possam participar dessa discussão e,

com bastante serenidade, discutir a tarifa, os métodos, os critério dos valores que são pagos por quilômetro rodado e os critérios que são utilizados para estabelecer o valor.

Temos que encontrar meios de o usuário poder estar representado nessa discussão porque existe, em Curitiba, um Conselho Municipal de Transporte, que desde 1991 reuniu-se apenas uma única vez e ele deve ser convocado pelo Prefeito da Capital. Então, não há uma discussão sobre o assunto e nós precisamos ampliar esse debate para que a Região Metropolitana sinta-se representada nessa discussão e possa opinar sobre o assunto. Afinal de contas, a população da região metropolitana é bastante afetada quando há uma diminuição dos ônibus e quando há qualquer alteração no transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana.

Estou propondo ao Prefeito de Fazenda Rio Grande, ao Alcidino, por meio de uma indicação que espero a aprovação dos Srs. Deputados, que possamos, quando chegar setembro - que estiver vencendo o prazo desse aditivo assinado entre o Governo do Estado e a URBS - prorrogar esse convênio com a URBS, tendo mais elementos para discutir e podendo ter acesso a essas informações que, hoje, somente a URBS tem.

Vejo até como uma caixa preta que não temos muito acesso a muitas informações de como são feitas as planilhas de custo, qual é o lucro, qual é a arrecadação, qual é a rubrica das despesas e como se chega aos valores.

Então, espero, realmente, poder participar dessas discussões e, principalmente, encontrar soluções que beneficiem ao usuário, que é o maior interessado nesse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente! Obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta à Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, devidamente apoiada. **Recebida. Protocole-se. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 553, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando

a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 099/07, item 05 da pauta, para encaminhamento à Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, para emissão de parecer.

Em votação o requerimento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, por meio de requerimento, eu solicitei a V. Exa. a retirada, por cinco Sessões, por entender que temos duas coisas para discutir nesta mensagem do Governo. A primeira delas é que é uma área grande, não se trata da cessão de um terreno para construção de uma escola, se trata, sim, da cessão de uma área de 24.200 m² que equivalem dez alqueires.

Em segundo lugar, porque a área é do Instituto Agrônomo do Estado do Paraná - IAPAR. Tanto o IAPAR como a Secretaria de Agricultura - que é a Secretaria onde o IAPAR está vinculado - não deu nenhum parecer. E a Comissão de Agricultura da Casa também não emitiu nenhum parecer.

Então, solicito a V. Exa. - porque regimentalmente é permitido - que antes de encaminharmos para a votação esse projeto, coloque para a Comissão de Agricultura para que ela, aí sim, possa solicitar da Secretaria da Agricultura um parecer da doação dessa área.

Não tenho nada contra a doação, apenas para preservar o Instituto Agrônomo do Paraná, porque conheço a área e não sei qual a razão dessa doação.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, queria dizer que as ponderações feitas pelo Deputado Zucchi são razoáveis. Concordamos também com a retirada por cinco Sessões. Apenas registrando, infelizmente, mais uma vez a Mesa não entregou à assessoria do Governo o requerimento que foi apresentado pelo nobre Deputado durante a Sessão aqui agora. Fui bem informado por V. Exa. mas não recebemos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente! **Aprovado o requerimento. Está retirado então por cinco Sessões para que vá à Comissão de Agricultura.**

Indicação nº 022/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo o envio de sugestão à COMEC e ASSOMECA, para promoção de discussão e debate sobre o tema Transporte Coletivo Integrado de Curitiba e Região Metropolitana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 023/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo a duplicação da Avenida Jacob Macanham com viaduto para cruzar a Rodovia Estadual João Leopoldo Jacomel,

em Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 024/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio Estadual Professora Otília Homero da Silva, em Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 025/07, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a criação da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 549, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando licença para se ausentar dos trabalhos de Plenário nas Sessões Ordinárias dos dias 28 e 29 de março, para participar do II Congresso da FETRAF - SUL, no Município de Fransico Beltrão/PR. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Rui Hara, constante do expediente, comunicando que estará em viagem ao Japão, ausentando-se das suas atividades parlamentares no período de 04 a 16 de abril de 2007, onde estará participando como membro da Comissão que tratará das festividades comemorativas de 100 Anos da Imigração Japonesa no Brasil. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 550, de autoria da Sra. Luciana Rafagnin, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, apenas uma dúvida e gostaria que a Mesa pudesse esclarecer. Nos itens 01, 02, 03, 04 e 05,

constam pareceres da CCJ e Comissão de Orçamento, mas, não há parecer da Comissão de Obras.

Consultei a Deputada Beti Pavin que é a Presidente da Comissão. Como não tivemos nada na Comissão de Orçamento, obviamente que deve ser outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa. Realmente, não consta, mas houve a reunião da Comissão de Obras. Nós tínhamos que preparar a pauta na tarde de ontem ainda e a reunião da Comissão de Obras foi feita hoje pela manhã. Por esta razão, não temos na Ordem do Dia o comunicado de que o parecer é favorável ou não.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, a minha dúvida, só para concluir, é que a Comissão de Obras, parece-me que tem uma outra abreviatura. Ela está como Comissão de Orçamento. Esclarecer se é Comissão de Orçamento ou de Obras.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É verdade que cria confusão. A Comissão de Obras, antigamente não se reunia e agora está se reunindo, então, é por essa razão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para esclarecer ao Deputado Tadeu, realmente houve a reunião nesta manhã, Sr. Presidente. Fizemos todos os pareceres e está tudo correto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero agradecer ao Deputado Marcelo Rangel, que na noite de ontem ainda atendeu ao nosso pedido, para que reunisse a Comissão de Obras, na data de hoje, para que pudéssemos engrossar a pauta. A sigla da Comissão de Obras é COPTC.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Exatamente. Não está aqui.

Eu gostaria que depois fosse passado aos Deputados, o parecer da Comissão de Obras.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado.

Vamos fazer a promulgação.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Na mesma linha do Tadeu, tenho dúvidas. Por exemplo, o projeto do Item 04, que dispõe sobre urbanização de micro-bacias nos perímetros urbanos. Sou membro da Comissão do Meio Ambiente, parece-me que, no mérito, também essa Comissão deveria se manifestar com relação a essa temática, a esse projeto especificamente. Tenho dúvida se essa Comissão de Meio Ambiente, da qual faço parte, em função de tratar de

micro-bacias na parte urbana envolver a questão ambiental, não deveria ter sido consultada? Faço uma consulta à Mesa, se a Comissão de Meio Ambiente deveria ter sido consultada, com relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente compete manifestar-se, sobre as proposições relativas a disciplinas das atividades humanas, que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais. V. Exa. pode, como membro da Comissão do Meio Ambiente, solicitar que esse projeto seja encaminhado à respectiva Comissão, no momento em que o projeto for votado.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Perfeitamente. Vou solicitar.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Nós, como autores do projeto, colocado pelo Deputado Elton, gostaríamos, sim, de ter o parecer do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito.

A Mesa irá, nesta Sessão, promulgar a Emenda nº 20, que modifica o *caput* do artigo 61 da Constituição do Estado do Paraná.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura dos termos da Emenda nº 20 à Constituição.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

(Lê):

EMENDA Nº 20

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, promulga nos termos do parágrafo 3º do artigo 64 da Constituição Estadual a seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º O caput do artigo 61, da Constituição Estadual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, independente de convocação, de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.”

Art. 2º O parágrafo 5º do artigo 61, da Constituição Estadual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61...

§ 5º Na Sessão legislativa extraordinária, a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.”

Art. 3º O artigo 55, da Constituição Estadual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. A Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIII do artigo 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de 30 (trinta) dias, bem como a prestação de informações falsas.”

Art. 4º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência irá proceder neste instante a promulgação da Emenda nº 20.

Convido o Sr. 1º Secretário para que aponha sua assinatura.

Esta Presidência convida a Sra. 2º Secretária, Deputada Luciana Rafagnin, para apor sua assinatura à Emenda nº 20 da Constituição do Estado do Paraná.

Esta Presidência declara promulgada a Emenda nº 20 à Constituição do Estado do Paraná e determina sua publicação no Diário da Assembléia e no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/07, de Autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre utilização de símbolos estaduais e identificação de bens públicos e ações de Governo, e dá outras providências. Pareceres da CCJ e COPTC (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07 em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI 037/07

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Osmar Bertoldi, o presente projeto de lei dispõe sobre a utilização de símbolos estaduais e identificação de bens públicos e ações de Governo, e dá outras providências.

O projeto de lei encontra amparo legal no artigo 37 da Constituição Federal, a qual assegura que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

pios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Esta medida tem por finalidade normatizar o uso de símbolos, mensagens e veiculações do Governo do Estado, de acordo com a Constituição Federal.

Diante do exposto não há questionamentos quanto a competência estadual, legislativa, para dispor acerca da matéria em referência.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI 037/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei n° 037/07, de autoria do nobre Deputado Osmar Bertoldi, dispõe sobre a utilização de símbolos estaduais e identificação de bens públicos e ações de Governo, e dá outras providências.

O projeto vem com parecer favorável da egrégia Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, a quem compete manifestar-se sobre a legalidade da sua tramitação.

Chamada esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação a dar o seu parecer, considerando que ela deva se manifestar sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; e, considerando, ainda, não haver nenhum óbice para a votação do presente projeto, somos de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento n° 558, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 037/07.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 058/07, de Autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS; institui o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social; cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social e dá outras providências. **PARECERES DA CCJ E COPTC (Publ. no DA n° 003/07 de 28/02/07, em Projetos de Lei Complementar).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PRO-
JETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 58/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Cláudio Romanelli tem por fim criar meios e normas para estabelecer com maior clareza o Sistema Estadual de Habitação, dentre outras providências.

Fundamentação

A Constituição da República assim prevê:

Art. 23 É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

A Constituição do Estado permite ao Legislador Estadual atuar em matérias comuns à União, Estados e Municípios, conforme consta disposto no artigo 53, XVI.

Por essa razão, faz-se necessário compreendermos que não existe óbice algum para fazê-lo, de natureza legal ou constitucional.

Conclusão

É diante do exposto, que em razão da legalidade e constitucionalidade do presente projeto aferida que nosso voto é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEY LEPREVOST - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 058/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei n° 058/07, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que institui o Sistema de Habitação de Interesse Social - SEHIS.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por finalidade assegurar o cumprimento do direito à moradia que está associado à competência comum das três esferas federativas para promover programas habitacionais.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição n° 058/07, acolhendo as emendas modificativas em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

Quero esclarecer aos Srs. Deputados que para este projeto são necessários 28 votos favoráveis, por se tratar de projeto de lei complementar.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Exa.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Este projeto dá consequência, em nível estadual, à construção difícil que foi de se fazer uma nova política nacional de habitação. E desse projeto, diga-se de passagem que quero aqui agradecer ao Deputado Marcelo Rangel, Presidente da Comissão de Obras, que corrigiu em tempo, porque implica na regulamentação de dois artigos da Constituição Estadual, os artigos 212 e 213. Então, a emenda do projeto é modificada por conta da emenda que foi feita pela Comissão de Obras e ao mesmo tempo transforma um projeto de lei ordinária em projeto de lei complementar, porque institui um Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social. Como V. Exas. sabem, o Governo do Presidente Lula deu consequência a um projeto de lei de iniciativa popular que foi uma grande luta do fórum... **(ininteligível)**... reforma urbana para se constituir no nosso país um Fundo Nacional de Habitação. Na verdade, o fundo tinha até um outro nome, mas ele acabou resultando, fruto de uma grande discussão nacional que eu - como o executivo da política habitacional do Paraná - pude participar, ao lado dos outros executivos de Governos Estaduais, especialmente do Governo Federal e, claro, do movimento social e popular do nosso país. Este projeto que acabou tomando o número, o nacional, tornou-se lei, que foi editada pelo Presidente Lula no dia 16 de junho de 2005 e tomou o número 11.124, justamente cria um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. O nosso projeto de lei justamente estabelece as regras para que o Paraná possa acessar os recursos do Governo Federal. Por isso que este projeto cria o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, ele estabelece a criação do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social, ele cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária e cria o Certificado do Regularizador Social, que é um instrumento também para se promover a regularização fundiária.

Saibam as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados que este é um projeto extremamente moderno e é fruto de uma ampla discussão à vida, nacionalmente. E este projeto, Sr. Presidente, é fruto justamente desse movimento nacional e estadual e ele foi objeto para análise da discussão do Fórum de Habitação Popular, realizado em março de 2006, um fórum que contou com representações de todos os municípios paranaenses, especialmente do movimento social que junto conosco construiu este projeto. Para ser sincero, eu até pretendia fazer uma discussão mais ampla deste projeto - a minha idéia, como autor do projeto, era justamente promover uma discussão mais ampla, mas há uma emergência, Sr. Presidente, há uma emergência, Deputado Marcelo Rangel, por conta de que o Governo Federal tem recursos importantes a serem repassados para o Paraná para se promover, construir habitação popular, especialmente regularização fundiária

e urbanização e o Paraná, para poder acessar esses recursos, tem que ter o fundo estadual, senão não conseguimos acessar esses recursos, tanto que V. Exas. verificarão que o fundo hoje não contempla o recebimento de nenhum recurso automaticamente - ele vai ter que ser objeto de uma discussão para não gerar nenhum tipo de inconstitucionalidade e até não ampliar o nível de debate para que possamos alavancar. Mas o fundo nacional exige as contrapartidas e esta Casa, no momento oportuno, vai votar alterações na lei orçamentária para poder promover o aporte de recursos no fundo estadual.

Por isto que nós pedimos o apoio das Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. **Aprovado, por unanimidade.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que obriga as concessionárias de estradas de rodagem a construírem banheiros (masculino e feminino) para os usuários da via pedagiada. PARECERES DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/07, de 01/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 063/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei tem como objetivo tornar obrigatória a construção de banheiros masculinos e femininos pelas concessionárias de estradas de rodagem para utilização dos usuários da via pedagiada no Estado do Paraná.

Fundamentação

O presente projeto objetiva exigir a construção de banheiros femininos e masculinos nas rodovias pedagiadas, pelas concessionárias de serviço público.

Resta claro que o presente tem por objetivo estabelecer normas de higiene, visando o bem-estar dos usuários desse serviço e procurando atingir os objetivos previstos na Constituição.

Mas o que de fato é relevante neste ponto é a relação de consumo que se forma entre a concessionária e o usuário, remunerada mediante tarifa. Afora dúvidas, esta relação é de consumo, consoante entendimento da doutrina e jurisprudência, inclusive do STJ, sendo que tal relação deve ser regida inclusive pelo Código de Defesa do Consumidor.

Posto isto, no que tange a iniciativa deste projeto de lei, há que ser verificado o disposto na Constituição Federal, em seu artigo 24:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

Pois bem, trata-se de competência concorrente dos Estados e da União. Para constatar quem detém a legiti-

midade no Estado do Paraná, há que ser consultada a Constituição deste Estado, que em seu artigo 53 assim dispõe:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Assim sendo, verifica-se que a competência pertence de fato ao Poder Legislativo do Estado do Paraná.

No que tange a técnica legislativa, descrita na lei 095/98, nada há que possa impedir o trâmite do projeto de lei.

Conclusão

Em sede de parecer, concluímos que o Projeto de Lei nº 063/07 não possui impedimento ao seu seguimento quanto à legalidade e constitucionalidade, haja vista o atendimento aos requisitos legais.

Desta forma, o parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 063/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 063/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que obriga as concessionárias de estradas de rodagem a construírem banheiros (masculino e feminino) para usuários da via pedagiada.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas entende que a proposição visa em especial garantir ao cidadão o conforto necessário à realização de suas necessidades fisiológicas, sem que se sinta constrangido em ter que estacionar o seu veículo no acostamento das estradas.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 063/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre a urbanização de microbacias nos perímetros urbanos do Estado do Paraná. COM PARECERES DA CCJ e COPTC. (Publ. no DA nº 009/07, de 12/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 097/07

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, Dispõe sobre a urbanização de microbacias nos perímetros urbanos do Estado do Paraná.

Na justificativa a autora fundamenta sua proposição alegando que *no processo de urbanização das cidades, os loteamentos sempre foram direcionados para ficarem de costas para as microbacias. Com o crescimento acelerado das cidades, essas microbacias sofreram uma degradação motivada pela ocupação irregular das áreas de preservação permanente, com lançamento de resíduos sólidos e efluentes domésticos sem tratamento, provocando a destruição, obstrução e descaracterização das áreas de preservação permanente das microbacias hidrográficas do Estado do Paraná.* De tal sorte que a proposição da nobre Deputada objetiva a implementação de corredores de preservação permanente nas microbacias hidrográficas urbanas, assim possibilitando que os novos loteamentos fiquem defronte a parques verdes, favorecendo a microdrenagem urbana, impedindo a ocupação irregular destas áreas de preservação permanente melhorando a qualidade de vida da população. Além de constituir um bem público de domínio de toda cidade. Alegando derradeiramente que o ... projeto está amparado na Constituição Estadual conforme os artigos 151, IV e VI; 152, parágrafo 1º, IV e V; 207, parágrafo 1º, XII; 210, parágrafo único, III e o artigo 211.

Fundamentação

Com fulcro no artigo 43 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no que pertine aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa da Deputada Rosane Ferreira, autora da proposta, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 097/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, dispõe sobre a urbanização de microbacias nos perímetros urbanos do Estado do Paraná.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por finalidade a preservação permanente nas microbacias hidrográficas urbanas, assim possibilitando que os novos loteamentos fiquem defronte a parques verdes, favorecendo a micro e macrodrenagem urbana.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 097/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

Conforme entendimentos com o Deputado Welter, vai à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, para parecer.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/07, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, efetuar doação de imóvel ao Município de Palmas. PARECERES DA CCJ e COPTC. (Publ. no DA nº 009/07, de 12 /03/07, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 099/07

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 099/07, de autoria do Poder Executivo, consignado por S. Exa. o Governador do Estado Roberto Requião *Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, efetuar doação de imóvel ao Município de Palmas.*

Na justificativa o Governador do Estado do Paraná pela Mensagem nº 006/07 de 02 de março de 2007, encaminha o anteprojeto de lei que *objetiva autorizar o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, efetuar a doação ao Município de Palmas, do imóvel com 24.400,00 m2, parte de área maior, conforme discrimina a matrícula nº 0372, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas. A medida contida no plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da sociedade, eis que tal área será utilizada, exclusivamente, na implantação de escola municipal. No anteprojeto de lei em causa consta dispositivo expresso no sentido de que o imóvel retornará ao patrimônio do IAPAR, caso lhe seja dada utilização diversa da prevista.*

Fundamentação

Com fulcro no artigo 43 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no que pertine aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos preceitos constitucionais no que

diz respeito à competência legislativa do Poder Executivo, autor da proposta, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 099/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 099/07, de autoria do Poder Executivo, autoriza a efetuar a doação de imóvel, através do IAPAR, ao Município de Palmas.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas entende que a proposição irá trazer benefícios ao Município de Palmas, pois no imóvel será implantada uma escola municipal.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 099/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
PÉRICLES DE MELLO - Relator

Conforme entendimentos entre o Presidente da Comissão de Agricultura e o Líder do Governo, o projeto, mesmo em regime de urgência, irá à Comissão de Agricultura.

ITEM 06

DISCUSSÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/07, de autoria da Comissão Executiva, que altera a redação do inciso I, do artigo 2º do Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. NESTE TURNO DISCUSSÃO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Resolução).**

EMENDA AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/07

Adite-se ao projeto de resolução que altera dispositivo do Regimento Interno.

Art. 1º O parágrafo 4º do artigo 2º do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º...

§ 4º Quando convocada extraordinariamente, a Assembleia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação, vedado o pagamento a Deputados,

a qualquer título, pela realização das Sessões Extraordinárias”.

Sala das Comissões, em 27.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS, TADEU VENERI, CIDA BORGHETTI, LUCIANA RAFAGNIN e ELTON WELTER.

JUSTIFICATIVA:

De grande relevância o projeto de resolução já apresentado pela Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, pois reduz para 55 dias o período de recesso anual.

Com aumento do período legislativo, maior será a produção legislativa e fiscalizadora, tornando-se desnecessária a convocação de Sessões Extraordinárias.

Inegável que a remuneração dos Deputados e a estrutura financeira colocada à disposição de cada gabinete é expressiva. Os Deputados não dependem de pagamentos extraordinários para bem exercer sua mister.

No esforço para o Parlamento reconquistar sua credibilidade junto à sociedade, mais esta medida moralizadora deve ser aprovada.

A vedação ao pagamento pelas Sessões Extraordinárias está relacionada à redução do recesso, pois com tempo maior para as Ordinárias, toda a pauta será votada sem necessidade de convocações extras.

E por último, o Congresso Nacional, ao mesmo tempo que reduziu o recesso parlamentar, aprovou medida vedando o pagamento por Sessões Extraordinárias. Releva destacar que a mudança do Regimento Interno pode ser considerada inconstitucional, pois o período de recesso está previsto na Constituição do Estado do Paraná.

São estes os fundamentos da emenda apresentada.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, na legislatura passada era de praxe, quando o Parlamentar estava ausente, retirar da pauta o projeto do mesmo. O item 1 foi retirado de pauta por causa de um requerimento do Líder do Governo, mas caso esse requerimento não tivesse sido feito, votar-se-ia esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Plenário é soberano. Recebemos o requerimento e colocamos o requerimento em votação e o projeto foi retirado de pauta. Não foi pela razão de o Parlamentar não estar presente. Mesmo ele não estando presente, votamos o projeto, sim.

O SR. PASTOR EDSON PRAZCYK (PRB)

É porque na legislatura passada havia este costume.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Claro, claro, era o entendimento do Presidente da época. O Regimento Interno não fala absolutamente nada disso e nós vamos seguir o Regimento.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 502, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 513, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 538, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu solicitaria ao Deputado Jocelito, autor do requerimento, que pudesse, num entendimento com esta Liderança, retirar este requerimento e nós nos comprometemos a encaminhar ao mesmo o conteúdo das informações requeridas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento retirado pelo autor, Deputado Jocelito Canto.

Requerimento nº 551, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 552, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 556, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 557, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 559, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 566, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, comunico aos Srs. Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça, que amanhã, às 13h30 realizaremos uma Sessão Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, agilizando ainda mais a tramitação dos projetos que estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 561, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 568, de autoria dos Srs. Deputados Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Luiz Eduardo Cheida e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 058/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/07.

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 072 e 078/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 016, 017 e 018/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DO 2º REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e sete, na sala de Reuniões da Presidência no Plenário, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel e com as presenças dos Deputados Duflío Genari, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori e Péricles de Mello. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 037/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Relator: Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 058/07, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli. Relator: Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 063/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator: Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 072/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator: Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 078/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Relator: Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Relator: Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 099/07, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

